

INFLAÇÃO ESFRIA NO VERÃO

Se IPCA de fevereiro vier abaixo de 0,8%, poderá confirmar dinâmica inflacionária moderada. Por Joaquim Levy, **página 2**

GOVERNO SABOTA EMPREGO DOMÉSTICO

Acabou a dedução do pagamento dos salários das domésticas. Por Marcos de Oliveira, **Página 2**

VIÚVA CLICQUOT E O CHAMPANHE

Um dos seus empregados propôs um método que deu origem à rémua-ge. Por Miriam Aguiar, **página 4**

Amazonas, Ceará e Rio encabeçam queda na indústria

Entre as 15 regiões que tiveram a produção industrial pesquisada pelo IBGE, oito apresentaram queda na passagem de outubro para novembro de 2021. É o que revelam dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM Regional), divulgada nesta sexta-feira, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No período, o índice nacional variou -0,2%. Os maiores recuos ocorreram no Amazonas (-3,5%), Ceará (-2,5%) e Rio de Janeiro (-2,2%). As maiores altas foram em Mato Grosso (14,6%), Santa Catarina (5%) e Pará (3,5%).

Segundo o gerente da pesquisa, Bernardo Almeida, o Rio de Janeiro teve a maior influência no resultado nacional, com queda após acumular ganho de 1,5% em três meses de resultados positivos. “Esse recuo é atribuído ao impacto negativo dos setores de derivados do petróleo, de metalurgia e da indústria farmacêutica. O Amazonas é a segunda maior influência negativa, em função, principalmente, da queda do setor de bebidas. A Bahia teve o terceiro maior peso graças ao baixo desempenho do setor de celulose e de outros produtos químicos”, explicou.

A queda na Bahia veio após dois meses de alta, quando acumulou ganho de 5,4%.

A principal influência positiva veio de São Paulo, com a expansão de 1% puxada pelo desempenho do setor de veículos, que tem peso de 16,1% na indústria paulista. O estado responde por 34% da produção industrial nacional e teve cinco meses seguidos de resultados negativos, com perda acumulada de 7,9%. “O estado está 3,6% abaixo do patamar pré-pandemia e 25,1% abaixo do seu patamar mais elevado, atingido em março de 2011”, disse Almeida.

A segunda maior influência positiva vem de Santa Catarina, puxada pelos setores de vestuário e de máquinas e equipamentos, após dois meses de queda e perda acumulada de 6,3%. De acordo com o IBGE, o resultado quase elimina as perdas de resultados anteriores no estado.

Almeida disse, ainda, que o crescimento de dois dígitos de Mato Grosso ocorreu graças ao bom desempenho do setor de alimentos, com a retomada de importantes unidades produtivas que estavam paralisadas e a melhora nas exportações das carnes com o fim do embargo chinês.

Cortes no Casa Verde e Amarela deixam de gerar 365 mil empregos

E não arrecada R\$ 1,2 bi da Previdência e FGTS

Os gastos públicos com os programas habitacionais no Brasil sofreram corte de 98% no último ano. De acordo com o estudo “Impactos Econômicos dos Cortes no Programa Casa Verde e Amarela”, encomendado por entidades da indústria da construção, a média de gastos com programas como o Minha Casa Minha Vida foi de R\$ 11,3 bilhões ao ano entre 2009 e 2019. Já em 2021, o orçamento para o programa Casa Verde Amarela foi de R\$ 27 milhões.

De acordo com o levantamento, o impacto deste corte repercute negativamente na geração de empregos diretos e indiretos, na geração de renda, na arrecadação fiscal, no efeito multiplicador em outros setores e no combate ao déficit habitacional, que já ultrapassa os 5,9 milhões de imóveis no país.

“Utilizando matrizes insumo-produto, atualizadas para o ano de 2018 (último disponível) o país, ao deixar de investir no segmento da construção R\$ 11,3 bilhões, deixou de gerar 365.040 ocupações, de arrecadar R\$ 2,8 bilhões

em impostos e impediu o crescimento do valor adicionado da economia brasileira em R\$ 16,2 bilhões. Também impediu o crescimento da massa salarial em R\$ 5,7 bilhões de salários e R\$ 1,2 bilhão de arrecadação da previdência social e do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)”, diz o estudo.

O secretário regional de Educação do Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM), Nicolás Menasé, afirmou que a situação é alarmante. “O déficit habitacional vem subindo e hoje está em quase seis milhões de lares. Se você multiplica por quatro, que é a média dos integrantes das famílias brasileiras, são 24 milhões de brasileiros que estão com déficit habitacional. Além disso, vivem em moradias precárias e gastam mais de 30% do salário em habitação”, ressaltou.

Segundo o estudo, moradias com déficit habitacional são aquelas constituídas de materiais impróprios e/ou improvisados, com excesso de pessoas que coabitam ou poucos cômodos para muitos

moradores ou quando famílias comprometem um valor excessivo de sua renda com aluguel.

As regiões brasileiras com maiores números de déficit são a Sudeste e a Nordeste – por conta da grande concentração populacional. Juntas, somam quase 70% do total. A região Norte aparece em terceiro lugar, seguido do Sul e do Centro-Oeste. O estudo mostra que quando observada a proporção do déficit habitacional, em relação ao total de domicílios permanentes das respectivas regiões, a região Sul é a que possui menor participação, com apenas 5,6% em 2019. “Por outro lado, a região Norte é a que possui maior participação de domicílios precários em relação ao seu total, com 12,9% em 2019. Portanto, mais de um em cada dez domicílios na região são precários”, aponta o estudo.

O levantamento concluiu que além da queda do gasto do governo federal com políticas habitacionais, ainda há a perspectiva de deterioração, por conta do empobrecimento da população e do aumento do custo da moradia.

Vendas do comércio varejista cresceram 0,6% em novembro

De janeiro a novembro, varejo acumula alta de 1,9%

As vendas do comércio varejista no Brasil subiram 0,6% em novembro de 2021, após registrar 0,2% em outubro. Mesmo assim, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram taxas negativas no mês. O varejo acumula alta de 1,9% até novembro e nos últimos 12 meses, também até novembro, cresceu 1,9%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa mostra que o avanço de 0,9% no volume de vendas da atividade de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo contribuiu para o resultado do varejo em novembro. “É a principal contribuição para o peso total, essa variação no campo positivo”, disse o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

Também houve crescimento de vendas nos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (1,2%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,2%). Em movimento contrário, o volume de vendas de móveis e eletrodomésticos caiu 2,3%, como também em tecidos, vestuário e calçados (1,9%), combustíveis e lubrificantes (1,4%) e livros, jornais, revistas e papelaria (1,4%). O segmento equipamentos e material para escritório, informática e comunicação teve queda de 0,1%, o que, segundo o IBGE, apontou estabilidade.

Cristiano Santos lembrou que em 2021 a Black Friday foi muito menos intensa, em termos de volume de vendas, do que a do ano anterior. Em 2020, o período de promoções foi melhor, especialmente para as maiores

cadeias do varejo, disse. “Isso se deve, em parte, pela inflação, mas também por uma mudança no perfil de consumo, já que algumas compras foram realizadas em outubro ou até mesmo no primeiro semestre, quando houve maior disponibilidade de crédito e o fenômeno dos descontos. Isso adiantou de certa forma a Black Friday para algumas cadeias”.

Também em novembro, o volume de vendas do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, cresceu 0,5%. De acordo com a pesquisa, o resultado foi influenciado pelas taxas positivas de veículos, motos, partes e peças (0,7%) e material de construção (0,8%), após terem registrado resultados negativos do mês anterior, de 0,4% e 0,8%, respectivamente.

Comércio exterior da China passa de US\$ 6 tri em 2021

Pequim - Apesar da pandemia ter afetado negativamente o comércio global, a China ultrapassou a casa dos US\$ 6 trilhões no comércio exterior em 2021. O total do comércio de mercadorias foi de US\$ 6,05 trilhões, aumento de US\$ 1,4 trilhão em relação ao ano anterior, informou nesta sexta-feira a Administração Geral das Alfândegas (AGA).

Segundo a agência Xinhua, o volume de comércio em iuanes aumentou 21,4% ano a ano para 39,1 trilhões de iuanes, com as exportações subindo 21,2% para 21,73 trilhões de iuanes e as importações crescendo 21,5% para 17,37 trilhões de iuanes. “A China tem estado na vanguarda do desenvolvimento econômico e da resposta à pandemia em todo o mundo, mantendo um rápido crescimento no comércio exterior, que registrou um recorde em volume e um progresso constante em qualidade” disse o porta-voz da AGA, Li Kuiwen.

O país registrou um crescimento constante do comércio com todos os seus cinco maiores parceiros comerciais.

As importações e exportações da China com a Asean, a União Europeia, e os Estados Unidos aumentaram 19,7%, 19,1% e 20,2%, respectivamente, enquanto seus comércios com o Japão e a República da Coreia subiram 9,4% e 18,4%.

Ao mesmo tempo, o comércio do país com as economias envolvidas na Iniciativa do Cinturão e Rota registrou aumento de 23,6%, um ritmo acima da média. **Página 3**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,5349
Dólar Turismo	R\$ 5,6770
Euro	R\$ 6,3203
Iuan	R\$ 0,8712
Ouro (gr)	R\$ 320,20

ÍNDICES

IGP-M	0,87% (dezembro)	0,02% (novembro)
IPCA-E		
RJ (jun.)	0,69%	
SP (jun.)	0,81%	
Selic	9,25%	
Hot Money	0,63% a.m.	

Inflação esfria no verão

Por Joaquim Levy*

A divulgação do IPCA de dezembro de 2021 deu sinais encorajadores de que o verão de 2022 será de menos inflação. Assim como o tempo, a inflação sempre guarda surpresas. Mas, depois de fechar muito acima do limite superior do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) em torno da meta, a inflação apresenta perspectivas melhores no ano que começa.

Como o Banco Central enfatizou na carta aberta publicada em 11 de janeiro, o aumento do preço do petróleo explica muito de por que a inflação ficou tão acima do teto em 2021. Alguns problemas em insumos internacionais como chips para automóveis e a falta d'água no Brasil também empurraram os preços de forma excepcional.

O preço da gasolina e do gás de cozinha contribuiu, junto com o do etanol, com mais de 3 pontos percentuais (p.p.) para o aumento

do IPCA. A energia elétrica com 1 p.p. e os automóveis com ¾ p.p.. Comida e serviços, por seu lado, cresceram bem menos que a média dos preços. O risco da inflação ultrapassar em muito a meta de 2021, só foi percebido na metade do ano passado.

Como o presidente do BC notou, a previsão do Copom em setembro de 2020 era de que os preços subiriam menos de 3% em 2021, quando eles acabaram subindo 10,06%.

O preço do petróleo ao longo de grande parte de 2021, à medida que a economia mundial se recuperou da primeira onda de Covid-19, graças à vacinação e renovados impulsos fiscais, se acomodou apenas mais para o final do ano, com a onda da variante Ômicron.

A variante também deve ter contribuído para a moderação dos preços dos itens de Serviços, refletida na surpresa baixista nos itens de Alimentação fora de Casa e Consertos de Automóveis. Com isso, a varia-

ção do IPCA em dezembro de 2021 ficou em 0,73%, a menor variação mensal no segundo semestre, apesar de a inflação tradicionalmente acelerar no final do ano. Assim, os principais núcleos da inflação caíram mais de 1 p.p. na sua média de 3 meses dessazonalizada e anualizada, indo de 9,53% para 8,43%, abrindo nova perspectiva para os próximos meses.

A queda de alguns preços administrados e de Serviços, além da permanência de vários preços em nível alto, mas estável, pode levar a inflação de janeiro a ficar abaixo de 0,5%, o que é um valor bastante baixo, quando se leva em conta a variação do IPCA na maioria dos começos de ano. A equipe de macroeconomia do Banco Safra já identificou que o item Passagens Aéreas deve cair, assim como as prestações dos planos de saúde.

Alguns itens vão aumentar, como o IPVA e a própria gasolina, a qual sofreu um reajuste na refinaria na segunda semana do mês. A

transmissão desse reajuste, porém, deve impactar apenas parcialmente o IPCA de janeiro, ficando o resto para o índice de fevereiro. O preço dos Bens Industriais também deve aumentar moderadamente, enquanto a alta dos alimentos in natura dependerá dos efeitos das chuvas excessivas em algumas localidades e da falta delas em outras. Mas, no conjunto o primeiro mês sinaliza mais um mês de inflação relativamente branda.

Olhando para o verão como um todo, os preços no setor de educação terão destaque em fevereiro. O item Cursos Regulares sofreu um reajuste pequeno em 2021 e poderá trazer surpresas altistas com a normalização das aulas, ainda que os dados preliminares não corroborem essa preocupação.

O aumento do salário-mínimo no começo do ano também pode afetar o preço de outros Serviços, apesar da fragilidade do mercado de trabalho, onde o nível de ocupação ainda

está menor do que antes da pandemia, e da fraqueza da renda média real do trabalho, mesmo depois do reajuste dos salários.

Assim, e considerando o aumento do endividamento das famílias nos últimos 18 meses, é provável que o poder de compra dos consumidores caia, freando a inflação e permitindo um aumento do IPCA de apenas 0,8% em fevereiro. A inflação de março está projetada em 0,46%, levando a variação mensal média do IPCA no primeiro trimestre a apenas 0,57%. Esse número ainda parece bem acima do necessário para viabilizar uma inflação dentro do intervalo de tolerância em 2022.

Mas, considerando os padrões sazonais, esses são números de um primeiro trimestre de baixa inflação, que poderá ser seguido por um segundo trimestre com inflação mensal média próxima a 0,25% e uma segunda metade do ano de 0,37%. Nesse cenário, a variação acumulada do IPCA sobre doze meses converge

para 4,7% ao final de 2022, se não houver uma disparada do preço do petróleo para US 100/barril ou forte desvalorização cambial por razões domésticas.

O esfriamento da inflação nesse verão pode não estar evidente ao tempo da primeira reunião do Copom em 2022, que deve ocorrer em 2 de fevereiro, quando apenas as prévias do IPCA de janeiro estarão disponíveis. Mas ele poderá ser confirmado se a variação do IPCA de fevereiro divulgada nas vésperas da segunda reunião em 16 de março vier abaixo de 0,8%. Nesse caso, aumentaria a convicção de uma dinâmica inflacionária moderada para todo 2022, sugerindo que a decisão de anunciar o fim do ciclo de aperto da política monetária estaria madura.

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercados no Banco Safra. Ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do BNDES, é engenheiro naval.

*Com Matheus Rosignoli

7 mentiras contadas sobre a Lei Rouanet

Por Nichollas Alem.

Volta e meia encontro pessoas postando algum meme ou crítica sobre a Lei Rouanet em redes sociais. A discussão pode ter começado pelos mais diferentes motivos, mas é muito comum que alguém apareça para falar isso ou aquilo dessa norma. De modo intencional ou não, muitas mentiras são contadas e a desinformação parece ser a regra quando tratamos desse assunto. Por esse motivo, achei que seria legal começar o ano com 7 perguntas e respostas sobre a Lei Rouanet a partir dos absurdos e sandices que leio e escuto por aí. Vamos lá?

A Lei Rouanet é uma invenção do PT / da esquerda?

Pelo contrário, a Lei Rouanet está mais próxima do espectro político da direita. Durante o Governo Collor, o Ministério da Cultura e outras entidades que atuavam na área foram fechados. Tratou-se de um movimento neoliberal de diminuição da participação do Estado no campo da cultura. Em contrapartida a esta desestruturação das políticas vigentes, foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) pela Lei 8.313/91, a famosa Lei Rouanet.

Um dos instrumentos que a Rouanet trouxe é

um incentivo fiscal para patrocinadores e doadores de projetos culturais. A proposta é estimular que o mercado participe mais no financiamento da cultura – diminuindo o protagonismo do Estado. Por esse motivo, podemos dizer que a Lei 8.313/91 foi idealizada mais em uma perspectiva de direita (liberal) do que de esquerda.

A Lei Rouanet dá dinheiro para artistas?

Errado! A Lei Rouanet prevê três instrumentos de financiamento: Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart); e o mecenato. Normalmente, quando lemos alguma notícia no jornal ou escutamos críticas sobre a Rouanet, estão tratando especificamente desta última modalidade, ou seja, o mecenato. E como ele funciona?

Pessoas, empresas e entidades sem fins lucrativos (como muitos museus, por exemplo) podem apresentar um projeto cultural na Secretaria Especial de Cultura. Esse órgão vai fazer uma análise de viabilidade técnica e orçamentária do projeto. Basicamente, o Poder Público quer saber se a proposta tem coerência, se “para de pé” e se está de acordo com as finalidades da legislação. Se tudo estiver certinho, a Secretaria autoriza a captação de recursos no mercado/na sociedade.

Assim, o idealizador do projeto cultural vai procurar patrocinadores e doadores. Os apoiadores desses projetos culturais aprovados poderão utilizar um inventivo fiscal proporcional ao valor patrocinado/doado, além de outros benefícios como exposição da marca, ingressos para eventos, dentre outras, a depender do caso.

O responsável pelo projeto precisa gastar o dinheiro captado de acordo com o orçamento aprovado pela Secretaria. A legislação prevê inclusive certos limites para cada rubrica (cada linha do orçamento), de modo que não é possível pegar todo dinheiro e gastar com apenas um favorecido/um artista. Portanto, no mecenato da Lei Rouanet, não é o Estado que dá dinheiro diretamente aos artistas. Do ponto de vista técnico, chamamos estes recursos de gasto público indireto, justamente porque são decorrentes de incentivos fiscais.

A Lei Rouanet tira recursos da saúde, educação etc.?

Não exatamente. Como explicamos acima, o mecenato na Lei Rouanet funciona com incentivos fiscais. O Estado deixa de arrecadar com tributos (no caso, o Imposto de Renda) para fomentar determinado setor. Nesse sentido, abre-se mão de uma receita que não necessariamente iria para uma área como saúde

ou educação. Além disso, devemos ressaltar que a cultura sempre recebeu participações mínimas do orçamento federal. Para se ter uma ideia, a Receita Federal estimou que os gastos tributários com a Lei Rouanet (ou seja, o que o Estado deixaria de arrecadar com o imposto) representavam apenas 0,51% do total de renúncias fiscais para 2019.

Bolsonaro acabou com a Lei Rouanet?

Não. A Lei Rouanet continua vigente. Do ponto de vista legal, durante a sua gestão foram feitas duas atualizações importantes: a Instrução Normativa 2/2019 e o Decreto 10.755/21. Este último será objeto de análise de constitucionalidade por trazer algumas mudanças questionáveis no programa. Porém, um ponto importante a ser observado está no histórico captação de recursos. Mais precisamente, a captação na Rouanet continuou subindo, inclusive, em níveis mais elevados do que na era do governo petista.

Fonte: sistemas.cultura.gov.br/, consulta realizada em 4/1/2022

O Governo Bolsonaro pode escolher não aprovar projetos de inimigos políticos ou críticos?

Não pode. Realmente, há relatos de perseguição ideológica e sucateamento da administração na atual gestão. Porém, a própria Lei Rouanet prevê o seguinte:

“Art. 39. Constitui crime, punível com a reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, qualquer discriminação de natureza política que atente contra a liberdade de expressão, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença, no andamento dos projetos a que se refere esta Lei.” Para quem acha que, realmente, “fulano” ou “beltrano” não deveria receber, basta refletir que governos mudam. Logo, um instrumento de fomento à cultura não pode estar sujeito às visões subjetivas da administração pública. Por esse motivo, é muito importante aprimorar e fortalecer as instâncias democráticas e independentes de avaliação de projetos dentro do Programa.

Os artistas desviam recursos da Lei Rouanet?

Não! A Lei Rouanet é uma das políticas baseadas em incentivos fiscais mais transparentes. Isso acontece porque o proponente (o idealizador ou “dono” do projeto) precisa gastar os recursos de acordo com o orçamento aprovado pela Secretaria. No final do prazo de execução, ele precisa prestar contas e enviar os comprovantes de que gastou corretamente os recursos. É claro que existem desvios, como qualquer outra política ou iniciativa – seja ela pública ou privada – mas isso é uma peque-

na parcela dos milhares de projetos culturais apoiados na Rouanet.

Os recursos vão para quem merece?

Essa é uma boa discussão. A Lei Rouanet não foi pensada para que os projetos culturais fossem filtrados/reprovados com base em critérios como “o artista ser famoso” ou “o projeto ter capacidade de se financiar sozinho”. Desse modo, qualquer proposta que se enquadre dentro de requisitos legais mais objetivos de viabilidade técnica e orçamentária (potencialmente) pode ser aprovada. Caberá ao mercado, na condição de patrocinador/doador, decidir “quem merece ou não” receber este apoio.

Isso realmente gera algumas distorções, por exemplo, a concentração da captação de recursos em certos segmentos artísticos e regiões do Brasil como o Sudeste. Aliás, o próprio governo estudou medidas para tentar enfrentar o assunto. Essa questão envolve uma discussão muito mais estrutural do Programa. Devemos refletir se o problema está nele ou na ausência de outros mecanismos que possam balancear essas distorções.

Nichollas Alem é fundador e presidente do Instituto de Direito, Economia Criativa e Artes – IDEA, advogado na BS&A Advogados e membro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitor.interpress@hipernetecom.com.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Governo sabota emprego doméstico

O emprego doméstico foi um dos segmentos mais prejudicados com a pandemia. Não só pelo empobrecimento dos empregadores, já que muitos perderam renda, mas também pelo descaso do Poder Executivo. O governo acabou com a dedução do pagamento dos salários do empregado doméstico, retirando assim um estímulo à manutenção do contrato com carteira de trabalho.

A dedução do pagamento do INSS na Declaração Anual de Ajuste de Imposto de Renda poderia ser um estímulo. O Projeto de Lei 1766/2019, que foi aprovado no Senado Federal, espera a votação na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019.

Segundo Mario Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal, existem mais 2 PLs que criam estímulos às melhorias do emprego doméstico, mas infelizmente estão parados no Congresso Nacional.

Um é o PL 2058/2021 que altera a Lei 14.151/2021, que não permite a empregada gestante ter o trabalho presencial, mas quem paga o salário é o empregador doméstico. Aprovado na Câmara, mas modificado no Senado, voltou para a primeira e aguarda ser votado.

Para Avelino, a recriação do Redom, para refinanciamento da dívida do INSS do empregador doméstico, que foi aprovado na Lei Complementar 150/2015, mas que foi boicotado pelo Ministério da Fazenda na época, também beneficiaria o setor.

Artigo 221 da Constituição

Nessa época do ano, quando o *Big Brother Brasil* começa a ficar onipresente, o saudoso jornalista Sergio Barreto Motta – que durante anos ocupou este espaço no **Monitor Mercantil** – lembrava que o artigo 221 da Constituição determina: “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II – promoção da cultura nacional (...); IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

Mesmo após a maquiagem das edições mais recentes – com menos espaço para músculos bombados, bundas e peitos siliconados – o *BBB* está longe de cumprir o que determina a Constituição.

Não, não se trata de uma crítica elitista de quem não aceita manifestações populares, mas a constatação de que o fato de ser popular não significa passaporte para qualidade, nem alibi para defender o indefensável. Se for essa a única métrica, justifica-se até a eleição de Bolsonaro.

01

Todo o Rio de Janeiro se uniu contra a fórmula de concessão do Aeroporto Santos Dumont que o Governo Federal tenta impingir. Todo? Não, o 01, filho senador Flávio Bolsonaro, defende manter o edital. Não deve ser pelo desejo de aperfeiçoar a ponte aérea Rio-Brasília.

Rápidas

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) completa 70 anos em 15 de outubro e lança, em janeiro, uma série de ações comemorativas. A largada é com a live “IMPA 70 anos: passado, presente e futuro”, via YouTube (youtu.be/gcRrloNwePk), terça-feira (18), às 14h *** Carlos Neder é o novo gerente Comercial da Korsa *** O autoteste ainda não está liberado, mas Lach, do Jardim Botânico (RJ) já tem a autocoleta para Covid-19. O paciente recebe o kit em casa, colhe o material e envia a amostra para o laboratório.

China: comércio exterior ultrapassa US\$ 6 tri

O comércio exterior da China subiu mais um degrau em 2021, ultrapassando US\$ 6 trilhões pela primeira vez, apesar da pandemia de Covid-19 continuar pesando no comércio global, mostraram dados oficiais na sexta-feira. O comércio total de mercadorias US\$ 6,05 trilhões, aumento de US\$ 1,4 trilhão em relação ao ano anterior, segundo a Administração Geral de Alfândegas (GAC).

O volume de comércio em termos de iuanes aumentou 21,4% ano a ano, para 39,1 trilhões de iuanes, com exportações subindo 21,2%, para 21,73 trilhões de iuanes, e importações, 21,5%, para 17,37 trilhões de iuanes.

Em 2021, as compras da China de produtos intermediários e de consumo no exterior aumentaram 24,9% e 9,9%, respectivamente, em relação a um ano atrás em 2021, mostram os dados do GAC. As importações do país representaram 12,1% do total mundial nos três primeiros trimestres de 2021, um aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao ano anterior. “A abertura mais

ampla da China permitiu que o mundo desfrutasse de mais dividendos de seu crescimento econômico e consumo próspero”, disse Li Kuiwen. O país se tornou o segundo maior importador do mundo em 2009.

Os dados de sexta-feira também aumentaram a evidência de uma economia chinesa resiliente e tranquilizaram os investidores e observadores globais de que o país continua sendo um poderoso motor de crescimento e desenvolvimento global.

As exportações dinâmicas tornaram-se um pilar da economia da China, disse Zhang Zhiwei, economista-chefe da Pinpoint Asset Management. O comércio exterior da China atingiu a marca de 4 trilhões de dólares em 2013 e ultrapassou 5 trilhões e 6 trilhões de dólares de uma só vez em 2021. O incremento comercial no ano passado equivale ao volume total em 2005.

Graças ao comércio dinâmico, esperava-se que a economia chinesa terminasse 2021 com uma nota forte e começaria bem este ano. Em suas últimas previsões,

o Banco Mundial colocou o crescimento real do PIB da China para 2021 em cerca de 8%, moderando levemente em 2022 para 5,1% ainda sólidos.

“As exportações do país permanecerão fortes no primeiro trimestre deste ano, pois a demanda global permanece robusta e a pandemia piora em muitos países em desenvolvimento”, disse Zhang.

O Bureau Nacional de Estatísticas divulgará na segunda-feira uma série de indicadores econômicos para 2021, incluindo o PIB do país, produção industrial, investimento em ativos fixos e vendas no varejo.

Apesar de um 2021 satisfatório, Li destacou que o comércio exterior da China enfrentará crescente incerteza e instabilidade este ano, pois a pandemia continua grave em todo o mundo e a recuperação da demanda global está desacelerando.

“Dadas essas dificuldades e desafios, devemos reconhecer que a economia da China é resiliente e seus sólidos fundamentos de longo prazo permanecerão inalterados, disse Li Kuiwen, expressando con-

fiança inabalável na estabilização do comércio exterior.

O governo chinês divulgou novas diretrizes na terça-feira para aliviar as pressões sobre as empresas de comércio exterior e manter as exportações e importações estáveis. As diretrizes detalham medidas, incluindo apoio fiscal e financeiro para empresas de comércio exterior, incentivos para novas formas de negócios e esforços para aliviar os riscos da cadeia de suprimentos e aumentar ainda mais a liberalização e facilitação do comércio.

Também uma boa notícia para os esforços da China para manter o crescimento do comércio, o acordo Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), assinado por 15 países da Ásia-Pacífico, incluindo a China, entrou em vigor em 1º de janeiro, criando o maior bloco comercial do mundo.

As importações e exportações da China com os outros 14 membros da RCEP combinadas aumentaram 18,1% ano a ano, para 12,07 trilhões de iuanes em 2021, representando 30,9% do comércio exterior total do país.

Covid-19 fecha 478 agências bancárias em SP

O total de 478 agências bancárias foram fechadas na última semana, desde sexta-feira passada, por causa de casos de covid-19 entre os funcionários, segundo levantamento do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região. Conforme explicou a entidade, quando há um caso positivo na agência, ela passa por higienização e precisa ficar fechada por 12h.

O levantamento do sindicato mostrou ainda que, ao menos, 500 bancários foram confirmados com covid-19, também na última semana, na abrangên-

cia da sua base. A entidade informou que tem atuado para que os protocolos de segurança sejam respeitados, incluindo a sanitização da agência, afastamento de bancários com suspeita de contaminação e testagem dos funcionários próximos.

Diante do agravamento da situação, o Comando Nacional dos Bancários vai se reunir na próxima terça-feira com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para discutir a adoção de medidas preventivas de proteção aos bancários. Um dos pontos que será tratado é a retomada e a ampliação do trabalho remoto, que

deixou de ser adotado por alguns bancos, segundo a representação da categoria.

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a que a Fenaban é integrada, informou que não tem o levantamento das agências fechadas para sanitização devido a casos de covid-19. Em nota, disse que “os bancos brasileiros têm assegurado as condições de um ambiente de trabalho com o máximo de proteção à saúde tanto para os funcionários quanto para os clientes, tendo adotado protocolos rígidos de proteção sanitária”.

Os protocolos, segundo a federação, incluem higie-

nização, distanciamento entre os postos de trabalho, controle do número de pessoas dentro da agência e organização de filas para que não haja contato entre os próprios clientes.

“Nos casos de contaminação confirmada, as agências passam por um novo processo de higienização desde o início da pandemia, em 2020. Tais procedimentos permanecem vigentes, sem qualquer alteração. Esses fechamentos variam diariamente e podem ocorrer por algumas horas ou até um dia, de acordo com o tamanho da agência”, acrescentou.

Rejeição a Bolsonaro segue em alta

A rejeição ao governo Bolsonaro segue em alta: 54,1% da população avaliam a gestão como ruim/péssima; 22% consideram o governo regular e só 23,9% classificam como bom/ótimo. É o que aponta pesquisa Modalmais/AP Exata divulgada nesta sexta-feira.

O levantamento também apontou que a variante Ômicron segue em escalada ascendente e gerando preocupação. Os

relatos nas redes sobre pessoas contaminadas estão muito frequentes e há queixas sobre a falta de dados transparentes do Ministério da Saúde. Muitos temem que um eventual novo estrangulamento do SUS provoque lockdowns (confinamentos), que seguem muito rechaçados. No entanto, restrições a grandes eventos e ao carnaval são vistas de forma majoritariamente positiva.

O governo tem sido co-

brado para disponibilizar testes em maior quantidade após redes de farmácias e laboratórios identificarem dificuldades com estoques e priorizarem pacientes em estado grave.

Defensores de vacinas têm procurado rebater a disseminação de informações falsas relacionadas à imunização de crianças. Eles acusam o presidente e seus aliados de alimentar uma rede de desinformação, que desmotiva a vacinação infantil. A questão da vacina para crianças foi

envolvida na polarização política.

Após o veto do presidente ao projeto que permitia a negociação de dívidas fiscais de empresas do Simples e MEIs, opositores acusaram o governo de beneficiar apenas grandes empresas e igrejas. Governistas apontaram novos programas de renegociação de dívidas para pequenas empresas, mas opositores referiram que muitas empresas ficaram de fora e não receberam os benefícios.



VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com



A ousadia da viúva Clicquot e a evolução do champanhe

Outro personagem importante para a história do champanhe se chamava Nicole-Barbe Ponsardin, que se casou com um produtor de champagnes no final do século XVIII. Com apenas seis anos de casada e 27 de idade, Nicole-Barbe perdeu seu marido e decidiu assumir a administração do negócio de champagnes sozinha, contrariando a tradição e sem o apoio da família Clicquot, da qual “a viúva” herdara seu nome. Assim nascia a Maison Veuve Clicquot, uma das marcas de champanhe mais consagradas do mundo, que teve uma contribuição efetiva não apenas para a internacionalização da bebida, mas também para a evolução da metodologia champenoise.

A visão comercial da Mme Clicquot fez com que ela tecesse estratégias de conquista do mercado russo, a despeito das rivalidades políticas. A Rússia saíra vitoriosa quando invadida por Napoleão em 1811 e, em 1814, contra-atacou a França, ocupando Reims e Epernay por certo período. A viúva Clicquot franqueou suas adegas aos soldados russos, pois sabia da potencialidade deste mercado. Seguindo ao retorno da tropas, enviou à Rússia, pelas mãos de um habilidoso comerciante, todo o estoque de champagnes que restara da esplêndida safra de 1811 e ganhou aquele mercado, sem concorrência à época.

Alguns aspectos da qualidade do produto ajudaram essa conquista dos consumidores: a extrema doçura do Champagne Clicquot, apreciada pelos russos, e a sua notável limpidez, fruto do desenvolvimento de técnicas mais eficazes para solucionar o problema da clarificação do vinho.

Como eu dizia no artigo anterior, a efervescência do champanhe se dava devido à re-fermentação espontânea dos vinhos, assim que as temperaturas locais aumentavam. Uma vez descoberto isso, passou-se a provocar a segunda fermentação pela adição de leveduras aos vinhos já prontos. A efervescência era garantida, mas, uma vez consumido o açúcar, as leveduras morriam, gerando borras que deixavam a bebida com aparência turva.

Para ajudar a remover os sedimentos, periodicamente, as garrafas eram sacudidas, de modo a concentrar as borras junto às suas paredes. Posteriormente, o líquido, mais límpido, era transvasado (trasfega) para outra garrafa de champanhe. Uma operação complexa, demorada, menos eficiente na limpidez e que provocava grande perda de efervescência.

Foi Antoine Müller, chef de cave recrutado pela viúva Clicquot que propôs um método melhor, dando origem à rémuage, hoje integrada ao método champenoise. Mantendo-se a garrafa emborcada, os sedimentos concentravam-se sobre a rolha, já na porta de saída da garrafa. A perda de efervescência era menor, facilmente complementada com o licor de expedição (liqueur de dosage) e a inserção de nova rolha.

A técnica foi aprimorada e, até 1821, era “o segredo” da limpidez dos Champagnes da Veuve Clicquot, única empresa a praticá-la. O método rémuage foi fundamental para aumentar a escala de produção do champanhe. Outros problemas ainda buscavam solução, como a explosão das garrafas, que demandou um aperfeiçoamento das vidrarias e uma maior precisão do cálculo do açúcar introduzido para induzir a segunda fermentação. Até a invenção do sucre-oenomètre, um medidor do conteúdo de açúcar, inventado em 1836, este era medido de forma aleatória e gerava muita pressão e, conseqüentemente, explosões.

Por muito tempo o champanhe era dulcíssimo e quem mudou este perfil foi o mercado consumidor inglês, já na segunda metade do século XIX. A empresa Veuve Clicquot só chegou a produzir seu Champagne Brut após a morte de sua “grande dame”.

Turmas abertas para o CAFA Passaporte França Online com Míriam Aguiar. Saiba mais pelo INSTAGRAM: @miriamaguiar.vinhos ou Blog: <https://miriamaguiar.com.br/blog>.

Custos com saúde se recuperam em 8,1% em 2021

Depois de cair para 4,8% em 2020 e se recuperar para 8,1% este ano, a tendência do custo de benefícios de assistência à saúde projetados deve continuar em um nível semelhante em 2022, como resultado do aumento dos casos de Covid-19 em diferentes países nos anos de 2020 e 2021, de acordo com a pesquisa Global de Tendências de Custos Médicos de 2022, conduzida pela WTW Brasil. O estudo global revela uma variação considerável nos aumentos de custos de saúde em todo o mundo devido à trajetória desigual da pandemia, criando uma considerável volatilidade na utilização e nos custos da saúde.

Para o Brasil, a pesquisa destaca que a inflação de custos médicos deve ser de 11,10% retornando aos níveis pré-pandêmicos em 2022, após uma queda nos últimos dois anos. Os principais motivos são o retorno de pacientes para internações e tratamentos eletivos adiados devido à

Covid-19 (por exemplo, cirurgias ortopédicas, aparelho digestivo, otorrinolaringologia, ginecologia). Observamos também uma maior utilização do plano médico derivado do uso de terapias para o tratamento de sintomas pós-Covid-19, como terapia ocupacional, fisioterapia e relacionado à saúde mental, psicoterapia e psiquiatria. A telemedicina continua sendo utilizada e espera-se que cresça em popularidade à medida que as pessoas começaram a se habituar ao acesso a este serviço ao longo do ano. Este é um elemento que vai ajudar a conter a inflação médica, evitando que volte aos seus níveis mais elevados.

Para o próximo ano, espera-se que os aumentos médios em diferentes regiões variem de 14,2% na América Latina a 10,6% no Oriente Médio e na África; 7,6% na Ásia-Pacífico e 6,7% na Europa. A tendência médica média nos EUA é projetada em 7,6% em 2022.

De acordo com a consultoria, os custos de saúde devem continuar acelerando para além de 2022, com mais de três quartos das operadoras de saúde antecipando uma tendência médica maior ou significativamente maior nos próximos três anos. Ainda segundo o estudo, 86% das seguradoras na Europa esperam uma tendência médica maior ou significativamente maior durante este período, assim como 82% das seguradoras no Oriente Médio e África, 74% na América Latina e 64% na Ásia-Pacífico.

A pesquisa da WTW Brasil também observa que a incidência de sinistros relacionados a distúrbios musculoesqueléticos disparou. Os entrevistados classificaram os transtornos musculoesqueléticos, potencialmente atribuíveis à baixa ergonomia no novo ambiente de trabalho, como a principal condição para a incidência de sinistros seguidos de doenças cardiovasculares e doenças

respiratórias. Na pesquisa de 2021, as seguradoras classificaram os transtornos musculoesqueléticos como o número cinco.

O câncer, que em pesquisas anteriores ficou em primeiro lugar, caiu para o número cinco por incidência, provavelmente devido a tratamentos atrasados durante a pandemia. No entanto, continua sendo uma das principais condições que afetam os custos médicos, seguida por distúrbios cardiovasculares e musculoesqueléticos.

A cobertura seguradora continua a ter restrições. Mais da metade das apólices de saúde, têm exclusões para HIV/aids (54% a 56%), bem como para alcoolismo e uso de drogas (52% a 53%). Os empregadores devem continuar tentando eliminar essas exclusões e engajar seus consultores/corretores para ajudar a negociar coberturas de inclusão que fazem parte das filosofias de benefícios globais e valor crítico para muitos funcionários.

Dez milhões cadastrados para darem block em telemarketing

Com 9,55 milhões de números de telefone cadastrados, a plataforma Não Me Perturbe permite que as pessoas bloqueiem chamadas de empresas de telemarketing, empresas de telecom e de oferta de crédito consignado. Mas não bloqueia ligações, por exemplo, de planos de saúde ou de redes varejistas.

Segundo a Conexis Brasil Digital, que reúne as empresas de telecomunicações e de conectividade,

a maior parte dos números bloqueados está no estado de São Paulo, com 4,594 milhões de números registrados. São Paulo também concentra a maior base de clientes do país, com 71,8 milhões de celulares e 10,7 milhões telefones fixos. Em segundo lugar no ranking de telefones bloqueados está Minas Gerais, com 856 mil números, seguido do Paraná com 844 mil e do Rio de Janeiro com 587 mil registros. O Distrito Federal

tem a maior proporção de telefones cadastrados na plataforma, são 297 mil números cadastrados, o que representa 5,8% da base de telefones fixos e móveis do DF.

A plataforma Não Me Perturbe, em operação desde julho de 2019, faz parte das medidas de autorregulação do setor para melhorar a relação com os consumidores. De 2019 a 2021, o número de cadastrados chegou a quase 10 milhões. Apenas durante o

ano de 2021 foram cadastrados mais de 2 milhões de números.

Quem quiser bloquear seus números de celular e fixo deve fazer o cadastro diretamente no site ou por meio dos Procons em todo o país. O bloqueio ocorre em até 30 dias após o cadastro no site.

Após a implementação da plataforma foi verificada uma queda de 20% nas reclamações de usuários de serviços de telecomunicações.

CONCESSÃO DE LICENÇA

TEC MED INSTALAÇÕES E MONTAGENS EIRELI - CNPJ: 86.729.977/0001-60, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº: 26/510.612/2018, Licença Municipal de Operação nº: 2913/2021, com validade de 120 meses, de 13/12/2021 à 13/12/2031, para Estocagem de equipamentos e de cilindros para gases industriais e medicinais, instalação de peças e corte, dobra, rosqueamento e pintura de tubulações. Situada a Travessa Juraçá, 37- Penha- Rio de Janeiro-RJ.

KATRIUM INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.

CNPJ: 28.789.998/0002-55

AUDITORIA AMBIENTAL

KATRIUM INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 30/12/2021 o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle, e do ano de 2020/2021, para fabricação de produtos químicos inorgânicos e informa que este estará à disposição para consulta na Estrada João Paulo, 530 - Honório Gurgel, no município do Rio de Janeiro, no período de 01/02/2022 a 10/03/2022, no horário das 10h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/504470/2009).

CLASH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 15.797.646/0001-19 - NIRE 333.0030403-7

Ata de Reunião de Diretoria em 17/12/21. Data, Horário e Local: 17/12/21, às 16h, na sede social da Cia., na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ (a "Cia."). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe Franco da Silveira e secretariados pelo Sr. Rodrigo da Costa Azevedo. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação diante da presença dos Diretores representando a totalidade dos membros da Diretoria. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a prestação, pela Cia., de garantia fidejussória na modalidade de aval para assegurar integralmente o cumprimento de todas as obrigações a serem assumidas por sua controlada, Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A. ("Cel-Lep"), no âmbito da operação de empréstimo com o Banco do Brasil S.A., através da emissão, pelo Cel-Lep, de Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro, até 31/03/22, no valor de até R\$4.950.000,00, para pagamento em 30 meses. **Deliberações:** Os Diretores presentes à reunião, por unanimidade de votos, sem ressalvas, autorizaram nos termos do Art. 16 do Estatuto Social da Cia., a prestação de aval pela Cia. para assegurar integralmente o cumprimento da totalidade das obrigações assumidas pelo Cel-Lep no âmbito da operação de empréstimo com o Banco do Brasil S.A., através da emissão de Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro, até 31/03/22, no valor de até R\$4.950.000,00, para pagamento em 30 meses. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. RJ, 17/12/21. Sr. Felipe Franco da Silveira, Presidente da Mesa, e Sr. Rodrigo da Costa Azevedo, Secretário da Mesa. Diretores: (1) Sr. Felipe Franco da Silveira, (2) Sr. Rodrigo da Costa Azevedo. Jucerja em 30/12/21 sob o nº 4678285. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Assine o jornal Monitor
Mercantil (21) 3849-6444

